

A tradução feminista no Canadá e as teorias pós-coloniais: uma influência recíproca?¹

Anna Malena e Julie Tarif

Tradução: Tainara Cecília Balt

Revisão de tradução: Patrícia C.R. Reuillard²

Abstract: Through examining and translating some of the work by Canadian feminist translators, such as Barbara Godard and Sherry Simon, we develop two avenues of inquiry: first, we examine how their theories of subjectivity and production came from the practice of literary *écriture féminine*; second, we suggest that in translation studies, feminist voices were echoing postcolonial voices rising at the same time. We want to show that, in the political and cultural context of Canada, and more precisely of Québec, feminist voices provide the prolegomena of a theory of liberation for the feminine and postcolonial subject from the masculine hegemony in literary institutions.

Keywords: Translation Studies; feminisms and postcolonialism; Canada/Quebec; subject of the speech; autonomy.

Resumo: Através da análise e tradução de alguns trabalhos de tradutoras feministas canadenses, como Barbara Godard e Sherry Simon, desenvolvemos duas vias de pesquisa: a primeira, em que examinamos como suas teorias sobre subjetividade e produção vieram da prática literária da *écriture féminine*; a segunda, na qual propomos que as vozes feministas estavam ecoando, nos Estudos de Tradução, vozes pós-coloniais que surgiam simultaneamente a elas. Pretendemos mostrar que, no contexto político e cultural do Canadá, e mais precisamente do Quebec, vozes feministas forneceram um prolegômeno da teoria da liberação para o sujeito feminino e pós-colonial em relação à hegemonia masculina nas instituições literárias.

Palavras-chave: Estudos da Tradução; feminismos e pós-colonialismo; Canadá/Quebec; sujeito de discurso; autonomia.

Introdução

Em seu livro *Translation* (2014), Susan Bassnett enfatiza que as vozes mais inovadoras nas questões relativas ao gênero nos Estudos de Tradução foram ouvidas primeiro no Canadá, com destaque para Barbara Godard e Sherry Simon. Entretanto, ao longo dos anos 1990, ambas abraçaram novos campos de pesquisa: Barbara concentrou-se nas consequências da colonização para as populações autóctones; Simon, por sua vez, dedicou-se à migração e ao fenômeno das cidades na tradução, ou seja, às trocas interculturais que dão vida a alguns

¹ Traduzido a partir de “La traduction féministe au Canada et les théories postcoloniales: une influence réciproque?”, publicado na revista **Atelier de Traduction**, disponível em : <https://atelierdetraduction.usv.ro/ro/numar-24/>, mediante autorização das autoras Anne Malena (University of Alberta, Canada, amalena@ualberta.ca) e Lucie Tarif (University of Alberta et TRACT/Prismes, EA 4398, Sorbonne Nouvelle, jtarif@ualberta.ca).

² Tainara Cecília Balt: Bacharelanda em Letras (UFRGS), tainara.cecilia@hotmail.com
Patrícia C. R. Reuillard: Professora do Instituto de Letras (UFRGS), patricia.ramos@ufrgs.br

espaços urbanos pós-coloniais em todo o mundo. Através deste escrito, pretendemos revelar a lógica subjacente a essa mudança de orientação e destacar as relações entre essas vozes feministas, seu projeto tradutológico e as teorias pós-coloniais.

Ao examinar e traduzir algumas dessas vozes feministas e pós-coloniais para o francês, queremos promover a sua circulação intercultural e mostrar que elas se engajaram na elaboração de teorias sobre as possibilidades de emancipação do sujeito feminino e também colonial fora da prisão em que os discursos patriarcal e colonialista o mantiveram. Nosso estudo será conduzido a partir de dois grandes eixos de análise: primeiramente, exploraremos as noções de subjetividade e de produção; em seguida, demonstraremos que as vozes feministas nos Estudos de Tradução repercutem as vozes pós-coloniais que começavam, ao mesmo tempo, a ressoar pelo mundo.

1. A tradução é feminina

Em seu artigo *Gender and the metaphors of translation*, Lori Chamberlain perscruta um conceito que considera negligenciado pela crítica: a projeção de clichês sexistas na poética do traduzir. Com isso, ela abre caminho para Simon, pela qual é citada na obra *Gender in translation*. Em seus respectivos trabalhos, as duas autoras concentram-se efetivamente na dialética masculino/feminino que cerca o ato de traduzir no discurso sobre a tradução, cujo resultado é uma oposição binária, proveniente de um juízo de valor sexista; o tradutor está mais próximo do polo masculino, enquanto o produto final está mais próximo do feminino: “O original é tido como masculino, poderoso e criador, e a tradução, como feminina, mais fraca e inferior”³ (SIMON, 1996, p. 1, tradução nossa). Simon inicia sua obra denunciando essa analogia e utilizando-se de uma imagem que revela um legado negativo: “Por serem necessariamente ‘deficientes’, as traduções são ‘associadas ao feminino’. Nessa equação mordaz, John Florio (1603) sintetiza uma herança marcada pela [...] inferioridade⁴”. Essa noção de legado é significativa, uma vez que, como demonstram Simon e Chamberlain, as relações entre tradutor e texto traduzido seguem condicionadas a analogias atinentes aos laços familiares ou matrimoniais, que convocarão o sujeito feminino a manifestar uma posição autônoma.

³ “[...] the original is considered the strong generative male, the translation the weaker and derivative female.”

⁴ “Because they are necessarily “defective” all translations are “reputed females.” In this neat equation, John Florio (1603) summarizes a heritage of [...] inferiority.”

O ponto de partida que sustenta a demonstração de Chamberlain a respeito de uma sexualização da tradução é o aforismo das “belas infiéis”, outra equação unilateral sexista também lembrada por Simon e cuja persistência ao longo dos séculos é apontada por Chamberlain, e com razão:

[...] o que lhe fornece a verossimilhança é o fato de que *ela captura um arranjo cultural entre as questões de fidelidade na tradução e no casamento*. Para as belas infiéis, a fidelidade é definida por um contrato implícito entre tradução (a mulher) e original (o marido, o pai ou o autor⁵). (CHAMBERLAIN, 1988, p. 456, grifo nosso)

Essa visão condena já de início a tradução, ao mesmo tempo em que exonera o texto original: ela carrega em seu peito uma letra A escarlate e sua única sentença é a culpa. Mas e quanto ao tradutor, ou à tradutora, essa outra figura que se intromete entre o original e a tradução e que se faz ouvir neste *ménage à trois*?

Essa figura encontra seu espaço na argumentação de Chamberlain, que se interessa pela representação do ato de traduzir e de seu agente visível em alguns discursos sobre a tradução. Para representar o laço que se cria entre o autor do texto de partida e o tradutor, essa análise é atravessada pela metáfora do golpe de Estado e reflete negativamente a visão paternalista que transparece nos textos selecionados pela autora para ilustrar seu ponto de vista.

Assim, recuperando termos-chave empregados por Chamberlain, ocorre uma “luta” entre o pai do texto e o tradutor, que vai “usurpar” a identidade desse pai e “destituí-lo” através de uma imagem simbólica de “destituição silenciosa”; uma outorga de poder em uma violência simpática, adjetivo a ser compreendido no primeiro sentido do termo, que pode, contudo, ter laivos de violência.

Em todo caso, nos discursos androcêntricos que Chamberlain cita, se o autor e o tradutor são entendidos como masculinos, o texto traduzido e a língua são, por sua vez, vistos como femininos, o que mostra uma representação muito estereotipada da mulher, figura casta ou infiel. O texto-mulher está à mercê do tradutor, que pode assumir o papel do pai incestuoso ou do amante em uma relação erotizada na qual ela se deixa embelezar de bom grado: “O texto do autor, agora na posição de amante, é bajulado e seduzido pela atenção do tradutor, e entrega-se com prazer ao projeto que busca embelezá-lo e, obviamente, torná-lo infiel⁶” — na

⁵ “[...] what gives it the appearance of truth is that it has captured a cultural complicity between the issues of fidelity in translation and in marriage. For les belles infidèles, fidelity is defined by an implicit contract between translation (as woman) and original (as husband, father, or author).”

⁶ “The author-text, now a mistress, is flattered and seduced by the translator’s attentions, becoming a willing collaborator in the project to make herself beautiful-and, no doubt, unfaithful.”

verdade, entrega-se com ou sem prazer, uma vez que essa relação entre masculino e feminino, na qual o tradutor é empossado com todos os poderes, pode ser uma relação não consentida, em que o tradutor se apropria violentamente do corpo do texto e o fertiliza com o seu sêmen, assumindo assim o papel do progenitor, do criador por excelência, legitimando de fato o seu texto-prole.

De maneira mais ampla, Chamberlain ressalta que esse discurso metafórico subentendido nos discursos sobre a tradução é sintomático das relações de poder que se estabelecem no mundo ocidental e que estão ligadas aos valores antagonistas associados às duas noções de produção e reprodução: “o que o tradutor reivindica é justamente o direito à paternidade; ele reivindica um falo, porque é a única maneira, de acordo com o código patriarcal, de legitimar o texto⁷” (ibid, p. 466). O texto traduzido, secundário, feminino, é potencialmente infiel e, desse modo, ameaçador em relação aos códigos estabelecidos devido ao seu lado subversivo, carnavalesco, que desordena os códigos e a fronteira entre produção e reprodução. Ele inverte a relação de poder que regula o elo entre tradutor/texto traduzido, “desautorizando” e “castrando” o tradutor.

Essa representação metafórica do ato de traduzir em termos de gênero, a partir de uma visão altamente polarizada e estereotipada, junta-se à visão falocêntrica que relega o feminino a um nível inferior, contra a qual o movimento feminista decidiu manifestar-se e rebelar-se. Assim, o próximo capítulo apresentará os argumentos relacionados à necessidade de projetar o sujeito feminino de maneira independente nesse movimento, uma questão que também surgirá para o sujeito pós-colonial.

2. O sujeito feminino

Constata-se, a partir de um estudo sobre o discurso feminista dos anos 1980, que escritoras e críticas logo perceberam a necessidade de teorizar sobre a subjetividade feminina de modo a libertar a mulher da sua submissão ao patriarcado. Para a Literatura e, notavelmente no Canadá e no Québec, para a tradução e seus estudos, este conceito vai na contramão das teorias literárias da época, que proclamavam a morte do autor e a primazia do texto como objeto de análise. De fato, como as escritoras poderiam aceitar seu próprio apagamento no momento em que elas começavam a descobrir que nunca haviam sido reconhecidas plenamente enquanto autoras e sempre tiveram de recorrer aos subterfúgios

⁷ “In the metaphoric system examined here, what the translator claims for “himself” is precisely the right of paternity; he claims a phallus because this is the only way, in a patriarchal code, to claim legitimacy for the text.”

oferecidos pelos pseudônimos, ou pela tradução, para serem ouvidas? Algumas autoras começaram a explorar o conceito de mulher, primeiramente enquanto sujeito do discurso e, em seguida, enquanto sujeito sócio-histórico, político e cultural pleno, distinto, mas igual ao homem. Em um primeiro momento, tratava-se de compreender como a mulher havia sido excluída da esfera pública ou, no melhor dos casos, marginalizada em relação à sociedade, relegada à esfera privada, reduzida ao silêncio; era necessário também examinar como ela conseguira resistir e deixar seus traços enquanto autora e tradutora em cada época, bem como diversos exemplos descobertos e celebrados pelas pesquisas feministas que começavam a provar isso.

Não é surpresa que os primeiros escritos de escritoras quebequenses, buscando entender sua própria marginalização dentro de uma sociedade que estava em plena ebulição linguística, cultural e política e recém passava pela Revolução Tranquila, tenham sido de natureza formalista. Por esse motivo, consideramos útil revisitar brevemente os grandes momentos das teorias relativas à subjetividade para melhor entender as correntes que levaram, com notável rapidez, à elaboração de teorias feministas e pós-coloniais. Em um capítulo intitulado “A linguagem e a experiência humana”, Émile Benveniste faz a seguinte declaração: “Todo homem [sic] coloca-se em sua individualidade enquanto eu por oposição a tu e a ele” (BENVENISTE, 1974, p. 67). De saída, a leitora observa duas coisas: primeiro, que a língua francesa reforça a ordem social ao determinar o masculino como a norma, o que destacamos com a inserção de um [sic] lúdico; segundo que, a despeito do gesto bem-vindo da parte de um linguista reconhecido como marxista de associar o “eu” a uma reciprocidade inevitável, a mulher (ou ela) parece ser excluída dessas relações. Recorrendo a uma das estratégias feministas que será analisada mais adiante, a tradução interlingual e intervencionista dessa afirmação revela um problema: “Toda mulher coloca-se em sua individualidade enquanto eu por oposição a tu e a ela”. Uma autora será, desta forma, condenada a um separatismo absoluto por um ato discursivo que visa a corrigir a invisibilidade à qual a ordem social a relega? Essa questão não era, de forma alguma, ociosa na sociedade quebequense, uma vez que as escritoras, lésbicas ou não, formularam as teorias lésbicas de escrita. Benveniste prossegue: “Desde que o pronome *eu* aparece em um enunciado, evocando - explicitamente ou não - o pronome tu para se opor juntamente a ele, uma experiência humana se instaura do zero e revela o instrumento linguístico que a funda”. Para ele, esse ato é “a atualização de uma experiência essencial [...] a partir da qual se determina a própria possibilidade do discurso” (ibid., p. 68). De acordo com Benveniste, toda pessoa que utiliza o pronome eu, ou seu equivalente em outras línguas, coloca-se como sujeito do discurso e estabelece o tu do

interlocutor ou da interlocutora e a terceira pessoa enquanto possível objeto do diálogo. A subjetividade humana é um fato discursivo inegável que, por si só, não apaga a mulher. Kaja Silverman ampliará essa teoria ao demonstrar, a partir de princípios extraídos de Althusser e de Lacan, que o discurso do qual emerge a subjetividade é ativado por “um sistema de signos pré-existente ao indivíduo, que determina a sua identidade cultural” (SILVERMAN, 1983, p. 52).

Godard, por sua vez, está interessada na representação antropológica da posição do sujeito feminino no âmbito da sociedade patriarcal. Ela reconstitui a lógica do sistema das relações parentais, como explica Claude Lévi-Strauss, na qual a mulher figura como objeto de troca, e explica que esse sistema instaura as relações sexuais e a instituição da subjetividade por meio da proibição do incesto. (GODARD, 1991, p. 88). Em Simone de Beauvoir, a estudiosa da tradução demonstra que as relações de troca entre os homens e as mulheres não são recíprocas e que tampouco é reversível a subjetividade entre eles, criando assim uma situação de exogamia para as mulheres. Ela chega então às teorias desenvolvidas por Luce Irigaray, que insiste na necessidade de criar um discurso sexuado representando a subjetividade feminina como sendo diferente da masculina. Godard inspira-se em *Sexes et parenté* (1987): “Como remodelar as linguagens existentes para dar lugar a uma cultura sexuada? Essa é a questão das minhas pesquisas”. Na análise da caverna de Platão, no cerne de “*Speculum de l’autre femme*” (1974), Irigaray brinca com as palavras e explica que esse recinto funciona mais como um fechamento do que como espaço matricial de criação e transformação: “Tudo se passa entre repetição e representação, ou reprodução”, e Godard sintetiza: “É um sistema de reprodução, de repetição, de semelhança do próprio – logocentrismo –, e não um sistema de inter-relações” (p. 96)⁸. Essa lógica patriarcal do mesmo aprisiona assim a mulher em um sistema de reprodução, o que coincide com a perspectiva de Chamberlain: como o patriarcado não pode deixar de reconhecer a capacidade reprodutiva feminina, torna-se evidente que a escrita é o privilégio do homem enquanto atividade primária, e a tradução, o da mulher, dada sua natureza secundária. Para Godard, Irigaray recorre aos princípios metonímicos para se opor à metáfora de Platão, recomendando que a mulher se aproprie das representações das quais é objeto na ordem simbólica, a fim de examiná-las enquanto sujeito do discurso e transformá-las em signos marcados pela *différance* com vistas a uma nova economia dos fluidos (ibid 98-104). Fluidez evoca pluralidade e, da mesma forma, polissemia, instabilidade do sentido e múltiplas possibilidades

⁸ “...a system of reproduction, repetition, of likeness, of the "propre" – logocentrism – not a system of interrelations.”

de interpretação. Como ilustra Irigaray em seus escritos, é pelo jogo que as vozes femininas e feministas, também conectadas entre si pela lógica da metonímia, conseguem desestruturar o *logos* e reinventar um discurso para projetar sua subjetividade plural. O mesmo acontece com a tradução: a tradutora, para além de sua atividade tradutória baseada em um *telos* político, deve-se reapropriar do seu lugar de direito enquanto sujeito autônomo do discurso, até então reduzido ao silêncio e à invisibilidade no âmbito das relações sociais impostas pelo patriarcado. Godard será de fato uma das primeiras a aliar a prática à teoria na sua tradução de Nicole Brossard, conforme estratégias examinadas na próxima seção.

3. As vozes feministas: “Quando *traduzir* é fazer”⁹

Como o discurso em torno da tradução é o palco de considerações sobre o gênero, ele convoca as feministas a registrarem nele sua reflexão, a ser compreendida de acordo com as duas acepções do termo, ou seja, no sentido primário, mas também com o sentido de imagem. A tradução torna-se então um local privilegiado de libertação feminina, como o é a linguagem de maneira geral. Trata-se de um novo espaço de libertação similar ao periódico *Tessera*, criado na época por algumas feministas das duas solitudes, ou seja, do Canadá anglófono e do Quebec: Barbara Godard, Daphne Marlatt, Kathy Mezei e Gail Scott. A tradução feminista passa a ser então uma maneira de escrever-se em um projeto autorreflexivo, de registrar sua existência, sua identidade. E que maneira melhor de registrar sua identidade no coração de um texto do que fazer sua voz ser ouvida, ou apor sua assinatura, como é o projeto para a tradução feminista? De fato, esses dois marcadores identitários por excelência são evocados no projeto de tradução feminista. A tradutora faz-se ouvir em seu texto, caracterizado como “polifônico” por Godard, e isso da mesma forma que a autora, que frequentemente está em outro lugar, em um projeto colaborativo “a duas vozes”, como *L’Amèr*, por exemplo, livro de Godard e Brossard. Ela aparece igualmente no texto de forma simbólica pela sua assinatura “nos itálicos, nas notas de rodapé, ver no prefácio¹⁰” (GODARD, 1989, p. 50). Ela redesenha sua identidade fora do âmbito do discurso androcêntrico, tornando-se agente, sujeito completo e colocando-se em cena literalmente nesse processo assimilado por Godard como “um modo de representação” (citado em BERTACCO, 2003, p. 238).

Mas essa assinatura não é apenas uma maneira de deixar sua marca no texto, como também um forte gesto simbólico através do qual a tradutora se coloca com propriedade em

⁹ Aludimos aqui à obra de John Langshaw Austin: *Quando dizer é fazer*.

¹⁰ “The feminist translator immodestly flaunts her signature in italics, in footnotes – even in a preface.”

um projeto mais amplo, que visa a restabelecer sua autoridade de acordo com as ambições feministas. Para isso, as vozes feministas em tradução apropriam-se do discurso patriarcal e modificam as regras do s[eu] jogo. A noção de jogo vinculada ao processo de autoafirmação, mencionado anteriormente, é fundamental para determinar o projeto tradutório feminista. Esta, por um lado, joga literalmente com o discurso dominante: o feminino fala no texto feminista, seja ele original ou tradução, pelo viés do jogo de palavras. A título de ilustração, podemos lembrar de Betsy Wing, que joga com o significante de Hélène Cixous através de um fenômeno de acumulação, traduzindo, por exemplo, “dépenser” [gastar, despender] para “to spend” e “to unthink”. (ibid., p. 94). Por outro lado, o projeto tradutório feminista coloca a língua em uso e se beneficia com o jogo criado, nele se inserindo, que é preconizado pelo movimento feminista: “[...] era necessário desfazer a ‘linguagem patriarcal’ convencional e prescritiva para permitir que as palavras tomassem forma, encontrassem seu espaço e fossem ouvidas¹¹” (VON FLOTOW, 1991, p. 73, grifo nosso). Observe-se que Godard explora essa ideia no sentido literal quando deixa uma lacuna entre certas letras de uma mesma palavra na sua tradução de Nicole Brossard (SIMON, 1996, p. 25).

Mais precisamente, “assim como a escrita no feminino, da qual é dependente, a tradução no feminino apresenta-se como uma atividade política, que visa a dar visibilidade e vida às mulheres na língua e no mundo” (LOBTINIÈRE-HARWOOD apud WHEELER, 2003, p. 433), o que implica ir contra o discurso dominante. Trata-se então de derrubar o sistema opressor e apropriar-se das suas armas, como mostra muito bem o título escolhido por Susanne de Lobtinière-Harwood para um de seus textos: *Re-belle et infidèle* [Re-bela-da e infiel]. Desta forma, o meio de ação privilegiado é a paródia, a repetição com variação. O projeto feminista visa a redefinir a essência do ato tradutório em seus próprios termos. Assim, a estética proposta é da visibilidade e da diferença, uma estética que vê a tradução como um processo produtivo que dá voz ao feminino. Essa posição de tradução como recriação não deixa de lembrar aquilo que mencionamos na primeira parte, com a diferença de que a metáfora masculina não tem mais razão de ser.

O projeto tradutório feminista é teorizado através de uma nova metalinguagem, como um correlato objetivo, pode-se dizer, da produtividade desse projeto e do potencial criador da subjetividade feminina. Assim, esta ideia de produção de sentido, por exemplo, associada às noções de transformação e de “performance”, no sentido anglófono do termo, deu origem à palavra-valise *transformance* (GODARD, 1989, p. 46), termo cunhado por Godard. No

¹¹ “[...] conventional and prescriptive “patriarchal language” had to be undone in order for women’s words to develop, find a space and be heard.”

mesmo sentido, este último fala de “womanhandling do texto” e redefine a teoria tradutória conforme o termo de “trans(dance)form” (ibid., p. 42). Essa redefinição da tradução e do papel da tradutora apresentada pelo viés da neologia lexical se completa também pelo viés da neologia semântica: o conceito de “fidelidade” encontra-se reavaliado e medido com base no sujeito tradutor (SIMON, 1996, p. 12) em um projeto que poderíamos denominar “ginotradução”.

Essa abordagem tradutória inovadora associa-se à teoria tradutológica do escopo, desenvolvida na mesma época, se considerarmos que “[...] é um fenômeno intimamente ligado a uma prática de escrita particular em um ambiente ideológico específico, e o resultado de uma conjuntura social específica¹² (VON FLOTOW, 191, p. 74). Nesse projeto tradutório funcionalista, a tradução torna-se uma ferramenta e não constitui um fim em si mesmo: “A tradução figura como um ato iconoclasta de reapropriação, que reescreve uma cultura de partida para criar algo de radicalmente novo, que renasce depois de uma metamorfose¹³” (GODARD apud WHEELER, 2007, p. 429). Assim, qualificaremos como performativo, no sentido austiniano do termo, o valor que as feministas dão ao ato de traduzir; a tradução torna-se um modo de ação, e não apenas uma simples representação da realidade:

Os tradutores [...] podem utilizar a língua como um meio de intervenção cultural, em um esforço para modificar as expressões da dominação, esteja ela no nível dos conceitos, da sintaxe ou da terminologia.¹⁴ (SIMON, 1996, p. 8)

Do ponto de vista prático, Luise von Flotow desenvolve uma tipologia dos quatro métodos implementados pelas feministas: a suplementação (visando à visibilidade do que estava implícito), o acréscimo de notas de rodapé, a redação de um prefácio e o *hijacking*¹⁵ ou “desvio” (tradução nossa). A partir disso, como um ato de linguagem, algumas condições parecem necessárias para garantir o sucesso do processo de tradução feminista. Depreende-se efetivamente da análise de Simon a ideia de tradução feminista mais ou menos exitosa, bem sucedida em maior ou menor grau. Nesse ideal, esta será resultado de um projeto comum

¹² “[...] it is a phenomenon intimately connected to a specific writing practice in a specific ideological environment, the result of a specific social conjuncture.”

¹³ “Translation is figured as an act of iconoclastic repossession that rewrites a source culture to create something radically new in a transformative afterlife.”

¹⁴ “Translators communicate, re-write, manipulate a text in order to make it available to a second language public. Thus they can use language as cultural intervention, as part of an effort to alter expressions of domination whether at the level of concepts, of syntax or of terminology.”

¹⁵ Termo pejorativo utilizado acerca da tradução feminista, de que von Flotow se reapropria, e que supõe a apropriação feminista de um texto para o qual o(a) autor(a) não tinha forçosamente de início ambição feminista (VON FLOTOW, 1991, p. 74-80).

entre texto, autora e tradutora (ibid: 15); um trabalho a quatro mãos, por assim dizer, ou de diglossia, de forma a retomar a ideia das “duas bocas que falam”, utilizada por Lobtinière-Harwood (apud WHEELER, 2007, p. 437). Essas condições para o sucesso, retomando a tipologia austriana, aplicam-se claramente a esse projeto uma vez que “A tradução feminista implica ampliar e desenvolver a intenção do texto original sem distorcê-lo. Por isso, os exemplos mais bem-sucedidos dessa prática são visíveis quando o texto e o projeto de tradução se encontram”¹⁶ (SIMON, 1996, p. 15, grifo nosso). Ademais, Simon passa a utilizar o termo “felicidade” para qualificar o sucesso que atinge “o projeto de tradução feminista quando os dois textos resultam de práticas inovadoras”¹⁷. É igualmente interessante perceber que é uma questão de “simpatia” (ibid: 28) entre texto e tradutora, uma reapropriação de um motivo utilizado pelo sistema opressor.

Assim, a escrita feminista é a resposta contrária a um sistema opressor, da mesma forma que literatura pós-colonial, que abordaremos agora. Além da tradução, a escrita pós-colonial e a escrita feminista passaram por destinos similares de marginalização em relação à grande literatura, e suas afinidades não param por aí. Do ponto de vista da tradução, algumas vezes feministas repercutem teorias pós-coloniais sobre o sujeito colonizado e estratégias adotadas para libertá-lo da camisa de força simbólica imposta pelo colonialismo.

4. As vozes pós-coloniais

Talvez porque se pensara que era algo óbvio, ou porque as teorias feministas evoluíram paralelamente às teorias pós-coloniais, poucas críticas são direcionadas aos laços existentes entre os dois movimentos. Propomos então um primeiro passo para preencher essa lacuna, examinando de que forma a perspectiva apresentada pelas vozes coloniais em relação ao sujeito emergente de um passado colonial repercute a perspectiva das vozes feministas sobre o sujeito feminino. Um texto essencial para o estudo pós-colonial da Índia, “Os filhos da meia noite”, de Salman Rushdie, foi publicado no início dos anos 80, momento em que o feminismo estava em plena ebulição no Québec. O objetivo deste artigo então é mostrar as relações conceituais entre as vozes feministas e as vozes pós-coloniais a partir de uma perspectiva tradutológica, de forma a contribuir para uma maior difusão dessas teorias entre o

¹⁶ “Feminist translation implies extending and developing the intention of the original text, not deforming it. That is why the most successful examples of such practices are to be found in an appropriate match between text and translating project.”

¹⁷ “Where the feminist project of translation finds its most felicitous applications is in regard to texts which are themselves innovative practices.”

público francófono. É preciso perceber, igualmente, que a mudança de rumo de algumas importantes críticas feministas quebequenses, em especial Godard e Simon, rumo aos estudos pós-coloniais também marca uma evolução em seu pensamento e uma preocupação cada vez maior em considerar a mulher como sujeito histórico e, portanto, inseparável de seu contexto sociopolítico e de questões de classe, raça, idade, entre outras.

Anne-Marie Wheeler, em seu estudo sobre o papel da tradução na escrita de Brossard, toma o cuidado de considerar a obra da autora em seu contexto político e cultural do Québec no início dos anos 80 que “questiona todos sistemas (político, linguístico, religioso) pelos quais tanto as mulheres quanto os homens quebequenses se sentiam dominados¹⁸” (WHEELER, 2007, p. 426). Ela mostra assim até que ponto esse contexto era propício à ruptura de um silêncio imposto por vozes teóricas que se posicionavam tanto contra as fortes tradições de um catolicismo opressor quanto contra a dominação do inglês. É para uma publicação posterior de Godard que Wheeler se volta para apresentar a ideia da tradução como ato político, destacando a influência de Gramsci. Traduzimos aqui a ideia de Godard:

A tradução negocia as relações de autoridade e de prestígio entre as línguas em um movimento contínuo de transformação. O que está em jogo é a diferença do efeito desse tráfego nas línguas conforme onde estivermos em relação aos eixos do poder e à direção da transferência - para baixo, para cima ou lateralmente - ao longo da hierarquia, se traduzimos o sujeito na língua do outro ou o outro na língua do mesmo, ou ainda se especulamos sobre a dificuldade de passagem. A alienação do sujeito soberano pelo reconhecimento do ego como uma espécie de estrangeiro em relação a um domínio ainda não realizado difere de uma tradução de um outro menos poderoso que é transportado no mesmo para ser alienado de seu ego por um gesto imperialista.¹⁹ (apud WHEELER, 2007, 429)

Observa-se facilmente a virada pós-colonial assumida pela teoria de Godard: ainda se trata do sujeito, mas agora do sujeito que é submetido à tradução e da diferença que existe no efeito causado pelo ato de traduzir dependendo se o sujeito é soberano ou não no começo. É inegável que a tradução transforma o sujeito, mas as consequências dessa transformação são muito mais graves no caso de um sujeito já dominado pelas relações de poder que autorizam

¹⁸ “The political and cultural context leading up to the 1980s called into question all the systems (political, linguistic, religious) by which the people of Québec felt dominated.”

¹⁹ “Translation negotiates relations of authority and prestige between languages in a continuous movement of transformation. At stake is the difference in effect of such traffic in languages, depending on where one is positioned within the axes of power, and on the direction of the transfer – downwards, upwards or horizontally – along the hierarchy, whether one translates the subject into the language of the other or translates the other into the language of the same, or speculates on the difficult work of the passage. The alienation of the sovereign subject through recognition of the self as a kind of foreigner in respect to a mastery one may yet attain differs from translation of the less powerful other who is transported into the same to be alienated from the self in an imperializing gesture.”

sua tradução. Como mostra a reflexão de Godard, a preocupação dos autores, tradutores e críticos ao longo dos anos 80 em libertar a subjetividade feminina do discurso patriarcal deve necessariamente conduzir a uma teorização do outro. Se repensamos a posição do sujeito de discurso, como articulado por Benveniste, lembramos que, ao estabelecer um “eu” feminino, temos como resultado uma possibilidade plural de diálogo com uma outra “ela” ou um “ele”. A preocupação do outro enquanto outro e o reconhecimento do outro em si mesmo são o cerne das teorias pós-coloniais, particularmente aquelas elaboradas muito cedo por Gayatri Chakravorti Spivak em seu artigo *Pode o Subalterno falar?*. O efeito de tradução descrito por Godard anteriormente corre o risco de reduzir o sujeito subalterno ao silêncio e à invisibilidade, justamente as condições contra as quais as feministas do Québec lutaram. Então, é notável que estas últimas tenham sido vulneráveis, devido às suas atividades de escrita e tradução, ao perigo de serem imediatamente traduzidas para o *logos* inglês, masculino e colonial. Spivak (2012) havia alertado as feministas anglófonas do Ocidente sobre tal perigo, ou seja, “espera-se que a escrita feminista do mundo inteiro siga o mesmo modelo ideológico e seja facilmente traduzida para a língua da ordem colonial, o inglês²⁰” (BERTACCO, 2003, p. 241). De acordo com a nossa discussão, a reflexão sobre a tradução posta pelas feministas quebequenses impediram-nas de cair em uma armadilha.

Em *Os Condenados da Terra*, Franz Fanon identificou três fases de libertação na literatura dos colonizados durante o seu processo de transformação em sujeitos pós-coloniais capazes de criar uma nova literatura à qual eles pertencem e que estabelece uma cultura nacional:

Em um primeiro momento, o intelectual colonizado prova que assimilou a cultura do invasor. [...] Depois, ele é abalado e decide se lembrar [...] Por fim, em um terceiro momento, dito “de combate”, o colonizado, depois de ter tentado se perder entre o povo, se perder com o povo, vai, pelo contrário, socorrê-lo”. (FANON, 2015, p. 207-208)

Fanon compreendia que uma revolução intelectual implica uma violência necessária para destruir as estruturas do discurso colonial e retomar a posse da sua própria língua e de seu próprio discurso. Esse chamado à batalha se encontra nas estratégias de escrita e tradução desenvolvidas pelas feministas no Québec e, provocando a acusação de *hijacking*, constitui um dos ecos mais importantes dentre as vozes feministas e as pós-coloniais. Rosemary Arrojo demonstra de fato em seu estudo das “teorias orgásmicas de tradução”, nos termos de uma

²⁰ “...expect feminist writing from all over the world to conform to the same ideological pattern and to be easily translated into the language of colonial rule, English.”

expressão um pouco infeliz de Bassnett, que esta interpretou mal o ponto de vista das feministas em relação à violência: não se tratava de forma alguma de recolocar em pauta o aspecto violento do ato de traduzir, mas sim, como demonstra Arrojo, de implementá-lo na afirmação do sujeito feminino. Arrojo reitera também que essas estratégias são similares às estratégias antropofágicas defendidas em “Verso, Reverso e Controverso”, do poeta brasileiro Augusto de Campos, que consistem em engolir e digerir os modelos coloniais a fim de produzir um novo discurso pertencente ao sujeito pós-colonial (ARROJO, 1995, p. 73). Embora Arrojo mencione somente Augusto de Campos, a poética de transcrição do seu irmão Haroldo e a Antropofagia exercem há muito tempo sua influência nos Estudos de Tradução, como demonstrado por Else Ribeiro Pires Vieira (1999) e, mais recentemente, Odile Cisneros, entre outros.

Desta forma, as vozes feministas e as vozes pós-coloniais aderem a princípios que inicialmente tangem a processos de reescrita: primeiro, o sujeito feminino/pós-colonial toma consciência da camisa de força logocêntrica do patriarcado/colonialismo, depois elabora estratégias para se libertar e se reinventar, assumir sua posição como sujeito do discurso. Nessa ótica, a tradução é vista como uma estratégia de reescrita em si, a passagem, para o sujeito que traduz, de uma posição secundária a uma tomada de posição igual em termos de autoridade e poder de criação. Como se sabe, as vozes pós-coloniais transformaram esse processo de reescrita em um verdadeiro tema com a expressão de Salman Rushdie, *The Empire Writes Back*, utilizada em 1989 como título do livro editado por Bill Ashcroft *et al.*, que hoje se tornou um clássico. O pensamento pós-colonial de Rushdie apoia-se na tradução, não somente na sua célebre frase “tendo sido transportados ao redor do mundo, somos homens [sic] traduzidos²¹” (RUSHDIE, 1991, p. 16), em que caracteriza os migrantes, mas também em relação ao gênero de escrita no qual os sujeitos pós-coloniais, particularmente os autores indianos anglófonos, que não podem escolher rejeitar o inglês, produzem. Esse duplo sentido do ato de traduzir reflete também a conjugação dentro do próprio ato tradutório da atividade de tradução no sentido literal e da tradução enquanto metáfora. De fato, Rushdie carrega o mérito de não separar essas duas concepções e evitar a amplificação do aspecto metafórico a ponto de esquecer totalmente a sua origem: a *translation* de um sujeito-texto de uma cultura para a outra, assim como de uma língua para a outra. Ainda que reconheça a necessidade de que a escrita pós-colonial se desenvolva em inglês, a língua colonial, ele insiste na possibilidade de apropriar-se dela a fim de que se possa traduzi-la, ajustá-la e

²¹ “...having been borne across the world we are translated men...”

transformá-la conforme as exigências do sujeito de discurso, revogando o passado colonial e concedendo a si mesmo uma nova autoridade, assim como fizeram as autoras feministas no Quebec.

Conclusão

No final dessa trajetória das vozes feministas e pós-coloniais, constatamos que a tradução não é nem feminina nem masculina, mas sim um gênero do discurso, como a escrita, e que seus/suas agentes posicionam-se e assumem sua subjetividade e sua responsabilidade sobre o texto. As feministas quebequenses e canadenses fizeram um enorme trabalho em uma época em que as consciências despertavam em relação aos efeitos do patriarcado e do colonialismo sobre as populações dominadas. Elas agiram em um contexto exato, mas não fechado, colocando-se à escuta de outras feministas, como Irigaray e Cixous, ou feministas pós-coloniais, como Spivak, e dialogando com escritoras, tradutoras e críticas anglófonas do Canadá e dos Estados Unidos. Apesar disso, ainda resta muito a ser feito, então é essencial que nos mantenhamos vigilantes e que continuemos a colocar em questão o logocentrismo nas nossas práticas de escrita e tradução. Von Flotow reconhece que as estratégias utilizadas pelas tradutoras feministas constituíram um passo importante nesse combate, mas que as teorias decorrentes delas continuam conscientizando críticos, jornalistas e educadores em relação à importância da tradução e à “influência que ela pode exercer sobre os textos” (ALVIRA, 2010, p. 286-287). Fica claro que falar de tradução feminista no século XXI nos leva inevitavelmente às questões de ativismo social e cultural. É essa a nossa principal motivação para escrever esse artigo, ainda mais em francês. De fato, sentimos uma certa urgência em revisitar a vasta questão da subjetividade feminina, uma vez que as feministas, e as mulheres com quem elas se solidarizam, não podem dar por certos os poucos progressos feitos em relação aos direitos da mulher e às condições sociais e culturais sob as quais elas vivem e trabalham. Suas vozes repercutem em vozes pós-coloniais e, juntas, elas nos encorajam a seguir nosso estudo sobre os fatores de gênero, classe e raça que contribuíram para a opressão das populações ancestrais colonizadas por séculos, e fatores, entre os quais está a tradução, que abrem portas para a libertação.

Referências

ALVIRA, Nuria Brufau (2010): “**Interviewing Luise von Flotow: A New State of the Art**”. *Quaderns* 17, p. 283-292.

- ARROJO, Rosemary (1995): “**Feminist, "Orgasmic" Theories of Translation and Their Contradictions**”. *TradTerm* 2, pp. 67-75.
- ASHCROFT, Bill, Gareth Griffiths and Helen Tiffin (dir.) (1989): **The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literature**. London, Routledge.
- AUSTIN, John Langshaw (1962; 1979): **Quand dire c’est faire**, traduit par Gilles Lane. Paris, Seuil, Coll. Points. 119
- BASSNETT, Susan (2014): **Translation**. London/New York, Routledge.
- BASSNETT, Susan and Harish Trivedi (dir.) (1999): **Post-Colonial Translation: Theory and Practice**. London/ New York, Routledge.
- BERTACCO, Simona (2003): “**The Canadian Feminists’ Translation Project: Between Feminism and Postcolonialism**”. *Linguistica Antverpiensia*, No 2, pp. 233-245.
- BROSSARD, Nicole (1977): **L’amèr ou le chapitre effrité: fiction théorique**. Montréal, Quinze. Campos, Augusto de (1978): **Verso, Reverso e Controverso**. São Paulo, Perspectiva.
- CHAMBERLAIN, Lori (1988): “**The Metaphorics of Translation**”. *Signs*, vol. 13, n° 3, pp. 456-472.
- CISNEROS, Odile (2012): “**From Isomorphism to Cannibalism: The Evolution of Haroldo de Campos’s Concepts**”. *TTR* 25.2, pp. 15-44.
- FANON, Frantz: **Les damnés de la terre**, http://classiques.uqac.ca/classiques/fanon_franz/damnes_de_la_terre/damnes_de_la_terre.pdf, Site internet consulté le 11 mai 2015.
- FLOTOW, Luise von (2006): “**Feminism in Translation: The Canadian Factor**”. *Quaderns* 13, pp. 11-20.
- FLOTOW, Luise von (1991): “**Feminist Translation: Contexts, Practices and Theories**”. *TTR: traduction, terminologie, rédaction*, vol. 4, n° 2, pp. 69-84.
- GODARD, Barbara (1991): “**Translating (With) the Speculum**”. *TTR: traduction, terminologie, rédaction*, vol. 4, n° 2, pp. 85-121.
- GODARD, Barbara (1989): “**Theorizing Feminist Discourse/Translation**”. *Tessera* 6, pp. 42-53.
- IRIGARAY, Luce (1990): **Je, tu, nous: pour une culture de la différence**. Paris, Éditions Grasset et Fasquelle.
- LOTBINIÈRE-HARWOOD, Susanne de (1991): **Re-belle et Infidèle Infidèle = The Body Bilingual**. Montréal, Éditions du Remue-Ménage.
- RUSHDIE, Salman (1991): **Imaginary Homelands**. London, Granta Books.

SIMON, Sherry (1996): **Gender in Translation**. London and New York, Routledge.

SPIVAK, Gayatri Chakavorty (2012): “**The Politics of Translation**”, dans Lawrence Venuti (dir.), *The Translation Studies Reader*. London and New York, Routledge, pp. 312-330.

SPIVAK, Gayatri Chakavorty (1988): “**Can the Subaltern Speak?**”, dans Cary Nelson et Lawrence Grossberg (dir.), *Marxism and the Interpretation of Culture*. London, Macmillan, pp. 271-313.

VIEIRA, Else Ribeiro Pires (1999): “**Liberating Calibans: Reading of Antropofagia and Haroldo de Campos’ Poetics of Transcreation**”, dans Susan Bassnett and Harish Trivedi (dir.), *Post-colonial Translation: Theory and Practice*. New York and London, Routledge, pp. 95-113.

WHEELER, Anne-Marie (2007): “**Issues of Translation in the Works of Nicole Brossard**”. *The Yale Journal of Criticism*, 16.2, pp. 425-454.